



PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL

Em conformidade com o disposto no artigo 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, **atesto haver tomado conhecimento** das conclusões contidas no Relatório e no Certificado de Auditoria, bem como no Parecer da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, constantes do processo nº **08255.005760/2007-16** de Tomada de Contas Anual - exercício 2006 -, da Unidade Jurisdicionada Consolidadora **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA - SRPF/BA** e da Unidade Jurisdicionada Consolidada **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ILHÉUS/BA - DPF/ILHÉUS/BA**, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis relacionados no processo.

Encaminhe-se o referido processo à **Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, no Estado da Bahia**, para julgamento na forma prevista pelo inciso II, artigo 71 da Constituição Federal.

Brasília-DF, 08 de junho de 2007.


TARSO GENRO
Ministro de Estado da Justiça